

Apresentamos a edição de agosto de 2023 (v. 18, n. 2) da Revista do Direito Público da Universidade Estadual de Londrina.

Inicialmente, destacamos o grande fluxo de submissões e de trabalhos que temos recebido nos últimos meses, o que apenas corrobora o crescente interesse da comunidade jurídica e científica em utilizar nossa revista como meio de divulgação de suas pesquisas e trabalhos.

Trabalhamos incessantemente para, na medida do possível, atendermos essa demanda, sempre analisando os textos submetidos através de critérios objetivos e científicos, ressaltando o caráter democrático e plural do periódico.

Quanto ao conteúdo dos artigos apresentados, a presente edição é formada por textos elaborados por autores de nosso estado, o Paraná, e de todo o Brasil, com temas relacionados à mediação, acesso à Justiça, Direito Ambiental, Direito Constitucional, Direito de Família, Direito Administrativo, Direito do Trabalho, Direito Previdenciário, inovações tecnológicas na seara jurídica, dentre outros.

No campo do Direito Ambiental, temos o artigo *“As águas da região norte brasileira e a luta das comunidades ribeirinhas do estado do Amazonas pela água potável”*, que busca discutir o problema do acesso à água na região norte do Brasil, tendo como objetivo geral analisar as causas e as consequências da falta de abastecimento de água potável às populações ribeirinhas do estado do Amazonas, apontando as principais ações que podem ajudar a minimizar tal situação

No âmbito do acesso à Justiça, apresentamos o artigo *“Diálogo entre cortes: complementaridade do SIDH na proteção institucional das pessoas LGBTI+”*, que se dedica a analisar a essencialidade da interação entre os diversos órgãos do sistema interamericano para a efetiva proteção institucional das minorias ou dos grupos em situação de vulnerabilidade sexual.

Já no que tange à seara do Direito Administrativo, temos o artigo *“A singularidade do objeto como fundamento para a inexigibilidade de licitação: contratação direta de serviços de advocacia”*, que tenciona debater se a contratação direta de advogado ou escritório de advocacia por ente público, por meio de inexigibilidade de licitação, constitui ou não ato ímprobo.

Ainda no mesmo ramo jurídico, apresentamos o texto *“Contratação pública: o programa de integridade como requisito no estado do Rio Grande do Sul”*, que se propõe a analisar os contornos da Lei nº 12.846, de 2013, comumente conhecida como Lei Anticorrupção Empresarial, que estabelece o programa de integridade como requisito para contratação de serviços e aquisição de produtos com o Poder Público, a partir da sua regulamentação pelo Decreto nº 11.129, de 2022, e outros regulamentos estaduais e municipais, a exemplo da Lei Estadual nº 15.228, de 2018, do Estado do Rio Grande do Sul, os efeitos jurídicos de tal exigência e sua constitucionalidade como requisito de habilitação ou não, a fim de atenuar os efeitos de atos corruptivos perante a Administração Pública por intermédio de contratos públicos.

Novamente na seara Administrativa, e dialogando com o Direito Constitucional, compete apresentar o artigo *“Transparência como base para a organização estado na teoria dos sistemas”*, que se dedica a avaliar a possibilidade de transparência e publicidade dos atos estatais com base no referencial da Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann.

Adentrando no tema das novas tecnologias no mundo jurídico, e traçando um paralelo também com Direito Civil e tecnológico, destacamos o trabalho *“A ANPD e a fiscalização da governança corporativa de proteção de dados”*, que objetiva discutir a importância da governança corporativa de proteção de dados, destacando a função

preventiva e educativa da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Na mesma esteira, e também apresentando debate que envereda por caminhos do Direito Constitucional, temos o trabalho “*A proteção dos direitos de personalidade pelo poder público: um estudo sobre a responsabilidade do estado no tratamento de dados pessoais*”, que se propõe a apontar o reconhecimento de um direito fundamental autônomo de proteção aos dados pessoais, distinto do direito à privacidade, bem como propor reflexão acerca dos impactos do tratamento de dados pela administração pública, partindo da análise de pontos pertinentes da lei, relacionados à autonomia do órgão fiscalizador, garantindo a observância rigorosa da transparência e finalidade, constatando-se, por fim, que em vista do domínio dos dados, há a intensificação da vigilância estatal, fragilizando instituições democráticas.

No mesmo sentido, apresentamos “*Novas tecnologias e o conceito de ser humano: uma problematização a partir do CRISPR*”, pesquisa que tenciona questionar a ideia de ser humano pressuposta pela sociedade dentro de um contexto no qual esse conceito passa por uma possível necessidade de readequação.

Ademais, atinente ao Direito de Família, frisamos dois trabalhos que estão presentes nessa edição. O primeiro, intitulado “*Da multiparentalidade judicial: análise dos votos e dos efeitos do julgamento do RE 898060*”, tem por objetivo discorrer sobre a temática da multiparentalidade no âmbito judicial, promovendo uma análise do Recurso Extraordinário 898060 do Supremo Tribunal de Federal, que fixou, por meio do TEMA 622 a possibilidade da tese da multiparentalidade, com efeitos patrimoniais e extrapatrimoniais.

O segundo, por sua vez, almeja analisar se a mediação de conflitos pode ser um mecanismo fortalecedor da realização de negócios jurídicos familiares, e é intitulado “*Mediação frente aos negócios jurídicos familiares*”.

Debatendo questões referentes ao Direito Penal e Administrativo, temos o trabalho “*Segurança pública e violência familiar: ensaios políticos frente a pandemia da covid-19 no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e seus desdobramentos*”, que procura compreender os novos parâmetros políticos pós pandemia adotados em alguns Estados da federação que se destinam a concretizar o direito à segurança pública no seio das relações intrafamiliares.

Por fim, na seara do Direito Previdenciário e do Trabalho, sem desconsiderar elementos do Direito Ambiental, temos o artigo “*Os casos Mariana e Brumadinho: análise crítica dos aspectos trabalhistas e previdenciários dos grandes acidentes de trabalho*”, que analisa as grandes tragédias trabalhistas, sociais e ambientais ocorridas recentemente em Minas Gerais, com os rompimentos das barragens de rejeitos de mineração em Mariana e Brumadinho, buscando contextualizá-las como uma problemática que necessita ser compreendida sob o seguinte itinerário metodológico: contextualizar as tragédias enquanto grandes acidentes de trabalho, promovendo uma análise crítica dos seus aspectos trabalhistas e previdenciários.

Outrossim, nesta edição, a revista conta ainda com duas resenhas, referentes às obras “*Direito penal internacional econômico: fundamentos da responsabilidade penal internacional das empresas*”, de Kai Ambos, e “*Estado Fiscal e Supremo Tribunal Federal*”, de Luciano Felício Fuck.

Esperamos que apreciem a leitura de nosso segundo volume deste ano, e que as pesquisas divulgadas aqui fomentem novos estudos, promovendo o debate acadêmico em diferentes níveis de compreensão.

Prof. Dr. Luiz Fernando Bellinetti